

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. Carlos Henrique Gaguim)

Altera a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para proibir a circulação de arma de brinquedo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para proibir a circulação de arma de brinquedo.

Art. 2º É acrescido o art. 35-A à Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, com a seguinte redação:

“Art. 35-A. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação, em todo o território nacional, de armas de brinquedo, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

Parágrafo único. A infração desse dispositivo implicará a apreensão e destruição, pela autoridade competente, dos itens fabricados, colocados à venda, comercializados ou importados e a cominação de multa correspondente a duas vezes o valor do material apreendido, duplicada no caso de reincidência.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Não faz qualquer referência a arma de brinquedo.

É comum a prática de assaltos com armas de brinquedo que se assemelhem a armas de fogo. Não obstante serem inofensivas, são capazes de infundir medo em quem é abordado, o que as tornam instrumento eficaz para o cometimento de crimes contra o patrimônio e mesmo outros, a depender do ânimo da vítima, do fator surpresa e outras variáveis imponderáveis em situação de agressão.

Havia o entendimento de que o inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal, que trata de causa de aumento de pena para o roubo praticado com arma seria aplicável na hipótese de roubo mediante uso de arma de brinquedo. Tanto que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula 174, em que consagra a ideia de que “no crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena” (Súmula 174, do STJ, DJ-I de 04.11.96, p. 42.564). Atualmente, porém, esse entendimento está superado. É que a norma aplicável, era a Lei n. 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, revogada pela atual Lei n. 10.826/2003. Ao tratar dos crimes e das penas, seu art. 10, § 1º, inciso II impunha pena para porte ilegal quem utilizasse “arma de brinquedo, simulacro de arma capaz de atemorizar outrem, para o fim de cometer crimes”.

Ocorre que, não obstante as discussões doutrinárias e jurisprudenciais, há armas de brinquedo e réplicas tão perfeitas que ninguém, em seu juízo normal, suspeitaria de que não se trata de arma de fogo. Dessa forma, o ladrão sequer precisa investir muito no “equipamento” para sair por aí assaltando as pessoas. A forma de coibir essa conduta é proibindo a circulação de “armas” dessa natureza, como propomos neste projeto.

Diante destas argumentações, solicitamos aos nobres pares a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM